

# Disputa democrática

Nem todas as lideranças estão percebendo as mudanças políticas operadas com a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República. E agem e reagem como se o País permanecesse estrangulado pelo regime autoritário, que acaba de ceder às pressões populares para transferir o Poder ao controle civil. Parece que os desvios de 21 anos de obscurantismo político acabaram criando o vazo da submissão e do estorrecimento diante de determinadas situações.

Ainda agora, a disputa pela Presidência e demais cargos da direção do Senado está sendo vista sob a óptica das restrições, pelo fato absolutamente normal das reivindicações de candidatos e partidos. Muitos dos interessados ainda desejam que, a exemplo dos critérios do passado recente, os postulantes aos cargos diretos do Parlamento já cheguem ali ungidos pela escolha providencial e iluminada do Executivo.

Os tempos são outros. O País está às vésperas de reencontrar-se com o regime de franquias democráticas, mas já está liberto dos agentes paralisantes do medo e maduro para adotar soluções fora dos padrões autoritários. Mas essa óbvia sintomatologia passa ao largo das avaliações em curso nas muitas áreas de decisão política, como a dar razão à sabedoria popular, segundo a qual o hábito do

cachimbo faz a boca torta.

É preciso didatizar sobre as virtudes do regime democrático, a fim de que todos entendam que os conflitos políticos e a possibilidade de sua pacífica conciliação são a sua própria razão de existir. Só dentro dele as divergências são vistas com naturalidade, como naturais são as próprias disparidades do comportamento humano. A democracia se nutre da divergência e do conflito, duas condições necessárias para prodigalizar o ideal da síntese, dentro do qual se agasalham os interesses globais da sociedade. O contrário disso é a tirania, onde só o titular do poder maior fala e todos obedecem.

Não há nada de mais adequado aos critérios democráticos de gestão do Poder do que a atual luta pelo controle da direção do Senado. Os partidos se agitam na busca de seus candidatos, sondagens são feitas em torno de composições interpartidárias, grupos manifestam as suas preferências e se discutem os princípios da proporcionalidade partidária. A Frente Liberal exhibe as condições de seu apoio ao PMDB, enquanto o PDS, maior bancada, embora minoritário no conjunto da representação, considera-se no direito de indicar o candidato à presidência.

Está-se, em consequência, diante de um processo normal de escolha para os principais cargos do

Poder Legislativo. E porque é democrático, no sentido de que não invalida pretensões e nem se desgasta no colito, acabará produzindo a solução mais afluente, solidária e justa. A composição da Mesa que surgir desse embate democrático terá muito mais autoridade para dirigir a Casa e isentar-se de influências perniciosas de outros poderes do que uma outra imposta pela via do autoritarismo. Entenda-se que, na hipótese, o autoritarismo se revelaria nas junções de cúpula e nas composições realizadas fora do âmbito do Senado e dos partidos políticos.

Para os que enxergam o problema por esse ângulo, não há qualquer risco de que a Aliança Democrática se desfaça em razão desse choque de interesse. E tampouco o episódio daria ensejo a que, aliado da presidência do Senado, o PDS tomasse o princípio emulativo como norma de conduta parlamentar, a fim de mover oposição sectária, desarrazoada e cega ao futuro governo da República.

Afinal, antes da disputa dos cargos de direção do Legislativo está em jogo o compromisso dos parlamentares tomado pela soberania popular. E todos estão conscientes disso, de modo que não há perspectiva alguma de crise em razão da acirrada disputa em torno dos cargos de direção do Senado.